

# **AS DESIGUALDADES NA DISTRIBUIÇÃO DOS CUSTOS DA CRISE**

J. Silva Lopes

IDEEF, 13 de Outubro de 2011

# A DISTRIBUIÇÃO DO RENDIMENTO EM PORTUGAL E NA EUROPA

INDICADORES SOBRE A DISTRIBUIÇÃO DO RENDIMENTO (1)

	EU-27	EZ-16	Portugal
Q5/Q1 (2)	4,9	4,9	6,0
Coef. Gini	30,4	30,3	35,4
% da população pobre (3)			
antes de transferências sociais	25,1	23,7	24,3
antes de transferências sociais	16,3	15,9	17,9
diferença antes e depois transf	8,8	7,8	6,4
% da população muito pobre (4)	5,3	5,1	6,4
Desp. Protec. Social, % do PIB (5)	26,3	27,5	24,3
Pensões, % do PIB	11,7	12,4	13,2
Saúde, % do PIB	7,8	8,1	6,8
Outras	6,8	7,0	4,3

(1) Fonte: EUROSTAT, valores de 2008 ou 2009

(2) Rácio entre o rendimento total auferido pelos 20% da população com rendimentos mais elevados e o dos 20% da população com rendimentos mais baixos

(3) População pobre: número de indivíduos com rendimento inferior a 60% do rendimento mediano nacional

(4) População muito pobre: número de indivíduos com rendimento inferior a 40% do rendimento mediano nacional, antes de transferências

# **MAIORES DESIGUALDADES NA DISTRIBUIÇÃO DE RENDIMENTO PROVOCADAS PELA CRISE**

- **A crise está certamente a agravar as desigualdades na distribuição do rendimento**
- **- Desemprego**
- **- Subsídios de desemprego**
- **- Reduções de apoios do Estado (abono de família, subsídio de desemprego, RSI, participação no preço dos medicamentos)**
- **- Agravamentos de impostos e dos preços dos serviços prestados pelo Estado e suas empresas**
  - **- Aumentos do IVA**
  - **- Corte do Subsídios de Natal**
  - **- Aumentos das taxas moderadoras na saúde**
  - **- Aumentos dos Custos dos transportes e da energia**
  - **- Reduções nas despesas de saúde e educação**

# **MEDIDAS ANUNCIADAS PARA ATENUAR OS EFEITOS NEGATIVOS DA CRISE SOBRE A DISTRIBUIÇÃO DE RENDIMENTOS**

**Têm sido anunciadas algumas medidas para compensar ou reduzir os impactos negativos das políticas de austeridade na distribuição do rendimento**

- Medidas anunciadas de combate ao desemprego, embora por enquanto sem grande concretização prática**
- Reduções de remunerações e pensões do pessoal do Sector Público só quando totalizem 1500 € mensais e crescentes em função do seu montante**
- Desconto social de energia**
- Passe social com descontos para os mais pobres**
- Taxas moderadoras na saúde graduadas em função do rendimento**
- Plano Social de Emergência**

# **MEDIDAS ANUNCIADAS CONTRÁRIAS AO OBJECTIVO DE MAIOR EQUIDADE NA DISTRIBUIÇÃO DE RENDIMENTOS**

**Medidas de agravamento das desigualdades menos aceitáveis**

**Redução do RS I: 20% no OE 2011 em relação a 2010**

**- o número de beneficiário tem estado a crescer substancialmente no corrente ano.**

**- Mas a despesa média por beneficiário desceu mais depressa. Em Julho de 2011 foi de 89,8€ por beneficiário e 243€ por família apoiada.**

**- De Janeiro a Agosto do corrente ano foram gastos com o RSI 281 M. €, menos 25% do que no ano passado (Notícia do Correio da Manhã de 8-10-11)**

**Mais dificuldades no RS Inserção**

**Redução do subsídio de desemprego**

**Subsídio de desemprego pago durante menos tempo**

**Menores indemnizações por despedimentos**

# O PROGRAMA DE EMERGÊNCIA SOCIAL

- Anuncia cerca de 30 medidas
  - Mas não dá indicações adequadas sobre a como serão executadas, sobre os meios financeiros que serão necessários para muitas delas, nem metas a atingir, nem resultados esperados em matéria de combate à pobreza
  - Por vezes, elas repetem iniciativas já anunciadas fora do Programa (por exemplo, preços sociais nos transportes e na energia)
  - Algumas serão de apoiar, como a majoração em 10% do subsídio de desemprego a casais em que ambos os cônjuges estão desempregados, mas mesmo nessas seria necessária mais concretização
  - Muitas delas anunciam alterações legais ou institucionais cujo impacto na distribuição do rendimento é difícil de adivinhar ou prevêm iniciativas que terão certamente um efeito muito reduzido.
  - Diz-se que vão ser gastos 400 milhões de euros, mas não se sabe como e onde. Não é claro que esse montante seja inteiramente adicional a outros gastos que já vêm sendo feitos.
  - Algumas medidas prenunciam novas desigualdades: anuncia-se que vai haver arrendamento social de 1000 casas. E os certamente muitos milhares de famílias que não poderão ser abrangidas por esse benefício?
- Por tudo isto a designação de Programa não é adequada.

# HIPÓTESE QUANDO À REDUÇÃO DO CONSUMO TOTAL EM 2011 E 2012, POR ESCALÕES DE RENDIMENTO

Hipótese quanto à redução do consumo nos diferentes escalões no período 2010-2012

Escalões	Rendim <sup>o</sup> médio (1)	Reduções
%	€ por mês	%
0-20	351	0
20-40	585	0
40-60	780	4
60-70	961	5
70-80	1135	8
80-90	1475	10
90-95	1960	12
95-100	3528	14
Média total	933	7,3

Consumo público e privado: Admitiu-se que o consumo total se distribui na mesma proporção que os rendimentos.

(1) Rendimento médio em cada escalão por adulto equivalente

(2) O Escalão 0-20 engloba os 20% da população com rendimentos mais baixos; o Escalão 20-40% engloba os 20% da população com rendimentos imediatamente superiores na escala de rendimentos crescentes; e assim sucessivamente.

# PARA EVITAR NOVOS AGRAVAMENTOS NA DISTRIBUIÇÃO DO RENDIMENTO AQUILO DE QUE MAIS SE PRECISA É DE MAIOR CRESCIMENTO ECONÓMICO

*Distribuir mais equitativamente os custos da crise num contexto de crescimento económico negativo ou muito baixo é tarefa de dificuldades ciclópicas*

*Será por isso necessário que haja mais crescimento económico.*

*É isso o que todos dizem.*

*Mas como vai ser conseguido mais crescimento económico?*



# PROJEÇÕES PARA O CRESCIMENTO ECONÓMICO

## Projeções do BP, Out. 2011

Percentagens

	Taxas de variação (1)	
	2011	2012
PIB	-1,9	-2,2
Consumo privado	-3,8	-3,6
Consumo público	-3,2	-4,1
Investimento	-12,5	10,8
Procura Interna	-5,2	-4,8
Exportações	6,7	4,8
Importações	-4,1	-2,8
Financ.externo (2)	6,9	3,1

(1) Taxas de variação a preços constantes

(2) Necessidade de financiamento externo em % do PIB

- Para conseguir menores quedas no consumo (público e privado e público) há 5 vias alternativas em relação ao que está projectado:
  - Cortar menos nas despesas públicas e aumentar menos os impostos
  - Cortar ainda mais no investimento;
  - Conseguir maiores aumentos nas exportações
  - Reduzir mais o conteúdo de importações na despesa final (consumo público e privado, investimento e exportações)
  - Conseguir mais financiamentos externos

# **CORTAR MENOS NO DÉFICE PÚBLICO E NO CRÉDITO, POR FORMA MANTER O VOLUME DO CONSUMO**

- **Se entre 2010 e 2012 não houvesse cortes no total do consumo (público e privado), e se se mantivessem sem alteração os outros parâmetros (evolução dos investimentos e das exportações, coeficientes de importação e financiamentos externos ao nível projectado pelo BP):**
  - **Esse consumo total manter-se-ia estacionário, em vez de cair 7,3%**
  - **O PIB subiria no período referido cerca de 3,4%, em vez de cair 4,1% como projecta O BP;**
  - **O desemprego baixaria um pouco (queda na respectiva taxa de 1 a 2 pontos de percentagem)**
- **Seria óptimo que assim pudesse suceder, Mas o financiamento líquido externo necessário aumentaria de 6,9% e 3,1% do PIB em 2011 e 2012 respectivamente para 8,1% e 5,6%**
- **Como é que se conseguirá o financiamento externo que será necessário para esse efeito?**

# CORTAR MAIS NO INVESTIMENTO

- Segundo as projecções do Banco de Portugal, de 2010 a 2011
  - O total do consumo público e privado cairá 7,3%
  - O investimento bruto total cairá 25%
- Se investimento caísse ainda mais, haveria alguma possibilidade de não cortar tanto no consumo. Assim se a queda do investimento fosse de 50%, mantendo-se constantes outros parâmetros (crescimento das exportações, conteúdo de importações na procura total, financiamento externo):
  - O corte no consumo poderia ser mais moderado (1,2% no período mencionado),
  - Mas isso não traria grandes alterações em termos de evolução do PIB
- Além os cortes excessivos no investimento, quando começam a afectar investimentos indispensáveis ao aumento e à melhoria da capacidade produtiva, irão prejudicar perigosamente o crescimento económico futuro

# CONSEGUIR CRESCIMENTO MAIS RÁPIDO DAS EXPORTAÇÕES

- **As projecções do BP apontam para que o volume das exportações cresça 6,7% em 2011 e 4,8% em 2012.**
- **Se fosse possível que essas taxas subissem para 8% em 2011 e 2012, mantendo-se constantes os outros parâmetros mencionados em slides anteriores.**
  - **O PIB teria uma queda de 0,9% em 2011 e subiria 0,7 % em 2012, em vez de se contrair 4,1% no conjunto dos dois anos**
  - **O desemprego agravar-se-ia menos**
  - **A procura interna poderia cair apenas 6% nos dois anos em vez dos 10% projectados**
- **Mas como conseguir crescimento mais rápido das exportações em prazo relativamente curto, com as actuais perspectivas bastante pessimistas para a economia europeia e para a procura externa?**
  - **Reformas estruturais ?**
  - **Taxa Social Única ?**
  - **Outras alterações na fiscalidade ?**
  - **Política de crédito mais favorável para as empresas exportadoras ?**
  - **Subsídios que não levantem objecções na EU ?**

# REDUZIR O CONTEÚDO DE IMPORTAÇÕES NA PROCURA TOTAL

- Os coeficientes do conteúdo de importações na Procura Total que resultam das projecções do BP são de 27,1% em 2011 e 27% em 2012. Se fosse possível reduzir esses coeficientes para 26,8% e 26% respectivamente:
  - O PIB desceria 0,2% em 2011 e subiria 1,3% em 2012, em vez de cair 4,1% no conjunto desses 2 anos.
  - A Procura Interna cairia 6% nos dois anos referidos, em vez de baixar 10% como na projecção do BP
- O problema é saber como conseguir reduções significativas nos coeficientes referidos

# **PODERÁ FAZER-SE MAIS PARA , DENTRO DAS RESTRIÇÕES MACROECONÓMICAS EXISTENTES EVITAR OU REDUZIR O APROFUNDAMENTO DA DESIGUALDADE NA DISTRIBUIÇÃO DE RENDIMENTOS**

- **Tributar mais os ricos e o capital?**
- **Reduzir mais as despesas públicas com quem tem rendimentos mais elevados (nomeadamente as pensões mais elevadas)**
- **Mais eficácia no combate à corrupção, às fraudes, ao planeamento fiscal abusivo, e ao não cumprimento das normas sobre limites orçamentais e endividamento no Sector Público**
- **É fundamental que se façam:**
  - **Um Inquérito sobre as mudanças na distribuição de rendimentos durante os últimos 3 anos**
  - **Um relatório técnico por especialistas independentes e orientações ideológicas diversas sobre as alternativas viáveis numa política de maior equidade económica e social**

# DISTRIBUIÇÃO DO RND POR ESCALÕES

## DISTRIBUIÇÃO DO RENDIMENTO EM PORTUGAL

Escalões (	% do RND	RND B. € em cada escalão	Rend.médio / pessoa (2)	
			anual 1.000 €	mensal €
Até 20	7,2	9,9	4,9	351
20-40	12,0	16,5	8,2	585
40-60	16,0	22,0	10,9	780
60-70	9,9	13,6	13,4	961
70-80	11,7	16,1	15,9	1135
80-90	15,2	20,9	20,6	1475
90-95	10,0	13,7	27,4	1960
95-100	18,0	24,7	49,4	3528
	100	137,2	13,1	933

Fonte: Farinha Rodrigues, C. et al. (2011):

"Desigualdades Sociais em Portugal".

Fundação Francisco M. dos Santos

- (1) O escalão 0-20 refere-se aos 20% da população com rendimentos mais baixos; o escalão seguinte refere-se aos 20% da população ordenada por níveis de rendimento que vem logo a seguir. E sucessivamente
- (2) Estimativas do autor a partir dos valores das colunas anteriores

# DESPESAS DE PROTECÇÃO SOCIAL

**Despesas de Protecção Social em % do PIB, 2008**

	EU-27	EZ-16	Portugal
Total	26,3	27,5	24,3
Saúde	7,8	8,1	6,8
Deficientes	2,1	1,9	2,3
Idade avançada	10,3	10,7	10,7
Sobreviventes	1,6	2,0	1,8
Famílias/ Crianças	2,2	2,3	1,1
Desemprego	1,4	1,6	1,1
Habitação	0,5	0,4	0,0
Exclusão Social	0,4	0,4	0,3

Estrutura portuguesa muito semelhante à média europeia  
Peso total no PIB das despesas de protecção social  
cerca de 10% inferior à média europeia

Portugal dá menos do que a média nos apoios à  
saúde, famílias e crianças, desemprego, habitação  
exclusão social